

Veículo: *O Estado de S.Paulo*

Data: Março/2013

Sem disfarce nem miopia

Fernando Henrique Cardoso

As forças governistas, depois de precipitarem a campanha eleitoral, voltaram ao diapasão antigo: comparar os governos petistas com os do PSDB. Chega a ser doentio! Será que não sabem olhar para frente? As conjunturas mudam. O que é possível fazer em uma dada fase muitas vezes não pode ser feito em outra; políticas podem e devem ser aperfeiçoadas. Porém, na lógica infantil prevalecente, em lugar de se perguntar o que mudou no país em cada governo, em que direção e com qual velocidade, fazem-se comparações sem sentido e imagina-se que tudo começou do zero no primeiro dia do governo Lula. Na cartilha de exaltação aos dez anos do PT no poder, com capa ao estilo realismo socialista e Dilma e Lula retratados como duas faces de uma mesma criatura, a história é reescrita para fazer as estatísticas falarem o que aos donos do poder interessa. Nada de novo sob o sol: é só lembrar dos museus soviéticos que borravam nas fotos os rostos dos ex-companheiros caídos em desgraça... O PSDB não deve entrar nesta armadilha. É melhor olhar para frente e deixar as picuinhas para quem gosta delas.

Quanto ao futuro, o governo está demonstrando miopia estratégica. Depois de quatro anos iniciais de consolidação da herança bendita, a política econômica teve de reagir ao violento impacto da crise de 2007/2008. Foi necessário, sem demora, expandir o gasto público, desonerar setores produtivos, ampliar o crédito através dos bancos públicos, etc. Em situações extraordinárias, medidas extraordinárias. Mas o cachimbo foi entortando a boca: a discricionariedade governamental tornou-se a regra desde então. Com isso, a credibilidade do BC foi posta em xeque, a transparência das contas públicas também. Cresceram as dúvidas sobre a inflação futura e sobre o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal.

Não há que exagerar na crítica: por ora, o trem não descarrilou. Mas as balizas que asseguraram crescimento com estabilidade, (câmbio flutuante, metas inflacionárias e responsabilidade fiscal), mesmo ainda em pé, se tornam cada vez mais referências longínquas. A máquina governamental está enguiçada como o próprio governo sente; e sua incapacidade para consertá-la é preocupante. Os expedientes utilizados até agora com o propósito de acelerar o crescimento deram em quase nada (o Pibinho). Na ânsia de acelerar a economia, o governo beijou a cruz e apelou para as concessões (portos, aeroportos, estradas) e mesmo privatizações (de partes da distribuição energética). Mas a viseira ideológica, o hábito de fechar-se em pequenos grupos, a precariedade gerencial não permitem dar efetividade a decisões que ferem o coração de suas crenças arcaicas.

Enquanto a China puxar as exportações de matérias primas e de alimentos, tudo vai se arranjando. Mesmo assim, a produção industrial torna-se menos competitiva e perde importância relativa no processo produtivo. A balança comercial já deixou de ser folgada, mas com o financiamento estrangeiro as contas vão fechando. No curto prazo, tudo bem. A prazo mais longo, volta a preocupar o fantasma da “vulnerabilidade externa”.

Já se vêem no horizonte sinais de retomada na economia mundial. Não me refiro a uma incerta recuperação do emprego e do equilíbrio fiscal, este em alguns países da Europa, aquele nos Estados Unidos. Refiro-me ao que Schumpeter salientava para explicar a natureza

do crescimento econômico, uma onda de inovações. Provavelmente serão os Estados Unidos que capitanearão a nova investida capitalista mundial. O gás de xisto e os novos métodos de extração de petróleo tornarão aquele país a grande potência energética. Junto com ele, Canadá, México, Argentina e Brasil podem ter um lugar ao sol. De ser isso verdade, uma nova geopolítica se desenha, com, por um lado, um pólo chinês- asiático e outro americano. Isso em um contexto político e cultural que não aceita hegemonias, no qual, portanto, a multiplicidade de pólos e sub-pólos requer uma nova institucionalidade global.

Diante disso, como ficará o Brasil: pendendo para a ALBA, de inspiração chavista? À margem da nova aliança atlântica proposta pelos Estados Unidos que, por agora, contempla apenas a América do Norte e a Europa? Iremos fortalecer nossos laços com o mundo árabe longínquo, ou este terminará por se aconchegar na dupla formada pela China e pela Índia, ambos países carentes de energia? E como nos situaremos na dinâmica da nova fase do capitalismo global? Ao que eu saiba, ela continuará dependendo do aumento contínuo de produtividade para assegurar as bases do bem estar social (que não será decorrência automática disso, mas de políticas adequadas). Como, então, querer acelerar o crescimento utilizando truques e maquiagens, do tipo subsídios tópicos, exceções de impostos setoriais, salvamento de empresas via Hospital BNDES ou Caixa Econômica?

Quando o PSDB fez o Plano Real percebeu as oportunidades que se abriam para o Brasil com a globalização, desde que ajustássemos a economia e iniciássemos políticas de inclusão social. Na época o PT não entendeu do que se tratava. Queria dar o calote da dívida externa e sustentava o inadequado programa Fome Zero que jamais saiu do papel. Foram as bolsas que o PSDB introduziu que salvaram o PT quando este, tardiamente, se deu conta de que era melhor fazer uma política de transferência direta de rendas. Em geral se aferrou à ideia de que a globalização seria uma ideologia —o neoliberalismo — e não a maneira contemporânea de organizar a produção com base em novas tecnologias e novas normas. Não estará o PT repetindo o equívoco, com uma leitura míope do mundo e distorcida do papel do Estado? A resposta cabe ao governo. Ao PSDB cumpre oferecer a sua visão alternativa e um programa contemporâneo que amplie as possibilidades de realização pessoal e coletiva dos brasileiros. Sem esquecer o passado, mas com os olhos no futuro.